

Fóruns Norgarante prosseguem com sessão no Porto



“Braga tem trabalhado para passar a imagem de que é uma cidade inovadora”, afirmou Teresa Duarte, presidente da Comissão Executiva da Norgarante.

No primeiro fórum de 2017, a sociedade de garantia mútua recebeu mais de uma centena de empresários e gestores de micro, pequenas e médias empresas dos distritos de Viseu e da Guarda, maioritariamente, na Pousada de Viseu. Os participantes puderam ouvir Jorge Brandão, vogal da respetiva Comissão Diretiva, fazer um “ponto de situação” da execução do CENTRO 2020 - Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020 e assistir a um debate sobre a competitividade das empresas e das regiões do interior, moderado pelo jornalista Paulo Ferreira, em que tiveram intervenção Nuno Marques, vice-presidente do Conselho de Administração e CEO do grupo

Visabeira, João Guedes, sócio-gerente da empresa de metalomecânica Insercol, de Moimenta da Beira, o empresário e docente universitário Arlindo Cunha, presidente da Comissão Vitivinícola Regional do Dão, e o quadro bancário Rui Fernando Teixeira, em representação da Associação Portuguesa de Bancos.

A segunda sessão decorreu em Braga, no auditório Vita, e além de Eduardo Pereira, da CCDR-N, contou com intervenções de Mário Domingues, presidente do Conselho de Administração da Somelos Tecidos; de Mário Braga, administrador da ETMA

Metal Parts, de Augusto Lima, coordenador do projeto Famalicão Made IN e vereador da Economia, Empreendedorismo e Internacionalização da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão; e do diretor bancário Paulo Pinto, em representação da Associação Portuguesa de Bancos.

Na abertura da conferência, a presidente da Comissão Executiva da Norgarante, Teresa Duarte, salientou a relevância do tecido empresarial de Braga – cidade onde esta sociedade de garantia mútua tem uma agência, há 12 anos – e de todo o distrito para o incremento das exportações e a competitividade da economia nacional. “Braga tem trabalhado para passar a imagem de que é uma cidade inovadora”, onde as empresas investem nas tecnologias de produção e na investigação e desenvolvimento, reconheceu.

Num debate moderado pela jornalista Elisabete Felismino, foram abordadas as dificuldades que as micro e PME continuam a experimentar no acesso às fontes de financiamento, o desfasamento entre as necessidades de recrutamento das empresas e a oferta disponível de profissionais capacitados e os custos de contexto que continuam a condicionar a atividade económica regional.

Depois da sessão de Ilhavo, realizada ontem, no Monte Belo Vista Alegre Hotel, segue-se no Porto, no dia 29, no Sheraton Porto Hotel. Todos os eventos contemplam uma conferência, a cargo de um responsável das comissões de coordenação e desenvolvimento regional do Norte ou do Centro, e um painel de debate, com empresários, gestores e académicos. Começam às 14 horas e terminam pelas 17 horas. A participação é gratuita, mas obriga a inscrição prévia no sítio www.forunsnorgarante.pt.

Montante de garantias emitidas por atividade da empresa no ano 2017 nos distritos de Viseu e Guarda

Código de Atividade da Empresa	Montante
47 - Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos	7 706 385 €
49 - Transportes terrestres e transportes por oleodutos ou gasodutos	2 672 468 €
46 - Comércio por grosso (inclui agentes), exceto de veículos automóveis e motociclos	2 322 589 €
41 - Promoção imobiliária (desenvolvimento de projetos de edifícios); construção de edifícios	1 917 630 €
86 - Atividades de saúde humana	1 602 902 €
25 - Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos	1 305 976 €
13 - Fabricação de têxteis	1 293 767 €
45 - Comércio, manutenção e reparação de veículos automóveis e motociclos	1 219 250 €
56 - Restauração e similares	991 033 €
43 - Atividades especializadas de construção	877 750 €
Outros	9 230 878 €
Total	31 140 627 € (30/09/2017)

Montante de garantias emitidas por produto no ano 2017 nos distritos de Viseu e Guarda

Tipo de Produto	Montante
Linha Capitalizar	18 920 294 €
Linha PME Crescimento 2015	9 356 264 €
Atividade Geral	1 764 828 €
Linha Capitalizar Mais (IFD 2020)	512 689 €
Linha Apoio ao Empreendedorismo (LAECPE)	497 635 €
Outras Linhas de Crédito	88 917 €
Total	31 140 627 €

Garantia mútua abre linha de crédito de 100 milhões de euros

Durante os próximos seis meses as empresas afetadas pelos incêndios de 15 de outubro podem candidatar-se a uma nova linha de crédito, no valor global de 100 milhões de euros, destinada a financiar as suas necessidades de tesouraria e financiamento. Os empréstimos têm uma carência de capital até dois anos. As operações de crédito usufruem de uma garantia, prestada através do sistema de garantia mútua, equivalente a 80% do total de crédito concedido.

VIRGÍLIO FERREIRA
virgilio@vidaeconomica.pt

Abriam a 20 de novembro as candidaturas à Linha de Crédito para Apoio à Tesouraria de Empresas afetadas por incêndios que deflagraram no dia 15 de outubro de 2017.

Esta linha financeira, com um montante total de 100 milhões de euros, tem como objetivo o financiamento das necessidades de tesouraria e de fundo de manuseio associados ao relançamento da atividade das empresas que sofreram danos provocados por estes incêndios.

Gerida pela PME Investimentos, esta linha permite às empresas a contratação de financiamentos com um montante máximo por empresa de 750 mil euros e prazos até quatro anos, após contratação das operações. O prazo de carência de capital é até dois anos.

Este foi um dos assuntos em destaque na primeira das quatro conferências que a Nor-



Luís Filipe Costa, presidente da Norgarante, apresentou a nova linha de crédito em Viseu.

garante está a realizar, neste mês, sobre o tema "Empresas e territórios pela competitividade".

Operacionalização da linha de crédito

Depois do protocolo assinado com a banca no dia 14 de novembro, praticamente um mês depois dos incêndios de 15 de outubro, foi dado assim o último passo para a operacionalização desta linha de crédito. O prazo para apresentação de candidaturas é de seis meses a contar da data de abertura, ou seja, 20 de maio de 2018, mas existe a possibilidade de o prazo se prolongar por igual período caso a verba disponível não se esgote.

Quais os passos a seguir? Primeiro, a empresa contacta um dos bancos protocolados com vista a apresentar a sua candidatura. Segundo, caso seja aprovada, o banco à sociedade de garantia mútua da área geográfica da sede da empresa, os elementos necessários para a obtenção da garantia mútua. Terceiro, depois de aprovada pela SGM, o banco apresenta a candidatura para enquadramento da operação à PME Investimentos.

Quanto tempo medeia entre a apresentação da candidatura e a respetiva contratação pelo banco? Entre um e dois meses, ou mais, depende da agilidade inicial administrativa conseguida por cada banco, sobretudo nas fases de apresentação da operação à SGM e à PME Investimentos.

Apoio cumulativo

Esta linha é supletiva de uma outra, de igual montante mas a fundo perdido, criada

Empréstimos têm carência de capital até dois anos

recentemente pelo Governo no âmbito do "Sistema de Apoio à Reposição da Competitividade e Capacidades Produtivas", que se destina exclusivamente a investimentos em infraestruturas e equipamentos de produção.

A Linha de Crédito para Apoio à Tesouraria de Empresas afetadas por incêndios que deflagraram no dia 15 de outubro de 2017 permitirá às empresas prejudicadas pelos fogos aceder a financiamento bancário para apoio à tesouraria e fundo de manuseio "em condições particularmente propícias ao relançamento da atividade". Tal como referiu Luís Filipe Costa, presidente da Norgarante, na conferência de Viseu, a garantia "pode chegar aos 80% da cobertura de risco" e as empresas beneficiarão de "dois anos de carência de capital". Usufruirão ainda de taxas de juro "muito baixas e isenção de comissões".

Garantia mútua até 80%

De facto, assim acontece. As operações de crédito a celebrar no âmbito desta linha beneficiam de uma garantia à primeira solicitação prestadas pela SGM destinada a garantir até 80% do capital em dívida em cada momento do tempo.

A garantia autónoma será paga no prazo máximo de 30 dias de calendário contados a partir da receção da carta solicitando o pagamento dos montantes garantidos.

A comissão de garantia aplicável pela SGM a cada uma das operações será integralmente bonificada pelo FINOVA. Esta bonificação, assim como a referente às contragarantias, são atribuídas ao abrigo do regime comunitário de auxílios "de minimis".

Embora as operações estejam isentas de comissões e taxas habitualmente praticadas pelo banco ou SGM, o beneficiário terá de suportar outros custos e encargos associados à contratação de financiamento: avaliação de imóveis, registos e escrituras, impostos ou taxas, e outras despesas similares.

Reembolso de capital

O reembolso de capital é em prestações constantes, iguais, trimestrais ou postecipadas.

No que toca a taxas de juro, por acordo entre o banco e o beneficiário, será aplicada ao empréstimo uma modalidade de taxa de juro fixa ou variável. Note-se que estamos perante operações de médio prazo.

Na modalidade de taxa fixa, a taxa a aplicar à operação corresponde à taxa swap da Euribor para o prazo correspondente ao prazo da operação arredondado para o múltiplo de ano imediatamente superior, acrescida de um "spread", com o limite máximo previsto na tabela constante do capítulo VIII. A taxa SWAP da Euribor será divulgada na página da Intercontinental Exchange (ICE), em <https://theice.com>.

Instituições de crédito protocoladas

Abanca Corporacion Bancaria – Sucursal em Portugal
Banco BIC Português
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria
Banco BPI
Banco Comercial Português
Banco de Investimento Global
Banco Invest
Banco Popular Portugal
Banco Português de Gestão
Banco Santander Totta
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria
Caixa Económica Montepio Geral
Caixa Geral de Depósitos
Novo Banco

24-11-2017

“Spread” máximo aplicável à operação

Escalão	PME Líder	Não PME Líder
A	1,65%	1,80%
B	2,25%	2,40%
C	2,85%	3,00%

com/marketdata/reports/180, reportada ao “fixing” das 11 horas do segundo dia útil anterior à data da contratação”.

“Na modalidade de taxa variável, a taxa a aplicar à operação corresponde à taxa Euribor a três, seis ou 12 meses, acrescida de um “spread”, com um limite máximo previsto da tabela constante do Capítulo VIII e será apurada de acordo com um dos seguintes critérios: média aritmética simples das cotações diárias da Euribor a três, seis ou 12 meses do mês anterior ao início de cada período de contagem de juros em que ocorre a revisão do indexante, ou taxa Euribor a três, seis ou 12 meses verificada no segundo dia útil anterior ao início de cada período de contagem de juros em que ocorre a revisão do indexante.”

Taxas de juro entre 1,650% e 3,058%

Nas condições atuais de mercado, uma empresa de menor risco poderá beneficiar de um financiamento a quatro anos, com uma taxa de juro que terá como limite máximo 1,650% na modalidade de taxa variável ou 1,708% caso a empresa opte por taxa fixa.

Nos casos em que a empresa se enquadre no escalão de risco mais elevado, estas taxas passam a ser de 3,000% e 3,058%, respetivamente:

Empresa Escalão A - PME Líder	
Taxa Variável	
Financiamento	100.000 €
Prazo total	4 anos
Carência de capital	2 anos
Taxa de juro máxima	1,650%
Pagamento trimestral de juros nos 2 primeiros anos	412,50 €
Amortização trimestral de capital nos dois últimos anos	12.500 €
Empresa Escalão C - Não PME Líder	
Taxa Fixa	
Financiamento	100.000 €
Prazo total	4 anos
Carência de capital	2 anos
Taxa de juro máxima	3,058%
Pagamento trimestral de juros nos 2 primeiros anos	764,50 €
Amortização trimestral de capital nos dois últimos anos	12.500 €

Fonte: PME Investimentos

24-11-2017



04 **Atualidade**
Garantia mútua abre linha
de crédito de 100 milhões de euros



SUPLEMENTO IMOBILIÁRIO
Parfois compra edifício Imperial à Amorim

Pág. 4



SEGUROS
Direct quer continuar a crescer 15% ao ano

Pág. 40

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS
AUTORIZADO A CIRCULAR EM INVULSÃO FECHADO DE PLÁSTICO OU PAPEL PODE ABRIR-SE PARA VERIFICAÇÃO POSTAL
DE00602017CE



Nº 1713 / 24 de novembro 2017 / Semanal / Portugal Continental 2,40 €

DIRETOR
João Peixoto de Sousa

VidaEconómica

EMPRESAS, NEGÓCIOS, INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

www.vidaeconomica.pt

PME Investimentos abriu candidaturas a 20 de novembro

Garantia mútua cria linha de crédito de 100 milhões



- Empréstimos até 750 mil euros com carência de capital de dois anos

Págs. 4 e 5



PUB

DFK CONSULTING

SERVIÇOS DE OUTSOURCING DE CONTROLO DE GESTÃO

WWW.DFKCONSULTING.PT

PUB

Presidente da AEP defende Exportações têm de subir até 50% do PIB

Págs. 20 e 21

Ministro da Economia garante Cooperação transfronteiriça é uma prioridade

Pág. 16

Santander “campeão” de crédito às empresas

Pág. 39

AICEP ultrapassa investimento do QREN

Pág. 24



Paulo Vaz antecipa recorde absoluto das exportações

“As empresas têxteis decidiram não desistir”

Paulo Vaz antecipa que o setor têxtil deve atingir este ano 5200 milhões de euros em exportações, o valor mais elevado de sempre, acima dos máximos atingidos antes da liberalização do

comércio mundial. Para o diretor-geral da ATP, o resultado obtido deve-se essencialmente às empresas exportadoras. Este será um dos temas em destaque no Fórum da Indústria Têxtil, que vai decorrer no Citeve, em Famalicao, a 29 de

novembro. Espanha continua a ser o principal comprador de têxteis portugueses. Mas outros mercados ganham relevância no mercado internacional, como Brasil e Angola.

Pág. 8



9 720972 000037



01713

Formação **VidaEconómica**

Finanças para Juristas

Informações: patriciaflores@vidaeconomica.pt | Telefone: 223 399 437/00

04 dezembro Lisboa

15 dezembro Porto

9h30-13h00 | 14h00-17h30

PUB